

## **A MEMÓRIA ORAL DOS FLAGELADOS DA SECA: o caso das “Frentes de emergência” no Sertão do Pajeú.**

Avaní Terezinha Gonçalves Torres<sup>1</sup>  
Genicélio Cordeiro de Sousa<sup>2</sup>

### **Resumo**

As Políticas Públicas (PP) sempre se mostraram importantes para a população nordestina, que em sua maior parte sofre com a estiagem, precipitação pluviométrica abaixo do normal ou com chuvas irregulares afetando a produção. O Estado estabeleceu uma série de políticas públicas tendo como objetivo inicial, conter parte dessa população flagelada pela seca nos seus respectivos estados de origem, como também, minimizar a fome e as (des)economias locais causados por esse fenômeno climático. As Frentes de Emergência eram programas executados nos períodos mais críticos das secas e consistiam em obras de pequeno e médio portes em grandes propriedades. Para realizar essa pesquisa foram realizados levantamento de dados primários e secundários que visa compreender melhor as situações vividas pelos agricultores no município de Santa Cruz da Baixa Verde - PE durante as frentes de emergência especificando alguns pontos como.

**Palavras-chave:** Frentes de emergência, Santa Cruz da Baixa Verde, Seca no Nordeste.

### **Introdução**

As Políticas Públicas (PP) sempre se mostraram importantes para a população nordestina, que em sua maior parte sofre com a estiagem, precipitação pluviométrica abaixo do normal ou com chuvas irregulares afetando a produção. “A maioria das políticas públicas praticadas no Nordeste brasileiro no século passado foi formulada no âmbito do combate às secas.” (CAMPOS, 2014). No século 20, particularmente no ano de 1932, uma forte estiagem iria devastar o Semiárido Brasileiro dando origem a chamada “indústria da seca”. Esse fenômeno se caracterizava pela usurpação dos recursos públicos pelas oligarquias econômicas e políticas da região, que usavam em benefício próprio, parte do montante, com o pretexto de combater as mazelas do fenômeno climático. Cada nova “invenção” (Algaroba, eucalipto, etc.) mais recursos eram destinados e “comissionados” para as oligarquias locais.

---

<sup>1</sup>Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST). Professora orientadora, responsável pelo Centro de Estudos e Pesquisa de Conflitos Hídricos e Estiagem (CEPECHE). E-mail [avanitorres@yahoo.com.br](mailto:avanitorres@yahoo.com.br).

<sup>2</sup>Aluno da Universidade Federal Rural de Pernambuco na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), Pesquisador voluntário no Centro de Estudos e Pesquisa de Conflitos Hídricos e Estiagem (CEPECHE). E-mail [geniceliocordeiro@gmail.com](mailto:geniceliocordeiro@gmail.com).

Outras secas atingiriam o Nordeste nas décadas seguintes. A mais abrangente do século XX teve início em 1979 e durou quase cinco anos. Fome e saques se espalharam pela região. Estima-se que não houve colheita em nenhuma lavoura dentro de uma área de 1,5 milhões de km<sup>2</sup> do Nordeste brasileiro. Dados oficiais dão conta de que, nessa época, morreram 3,5 milhões de pessoas por conta de enfermidades e desnutrição.

Para minimizar os impactos sociais decorrentes desses grandes períodos de estiagem, o Estado estabeleceu uma série de políticas públicas tendo como objetivo inicial, conter parte dessa população flagelada pela seca nos seus respectivos estados de origem, como também, minimizar a fome e as (des)economias locais causados por esse fenômeno climático. Outras políticas públicas foram implementadas, já que as frentes de emergência também fomentaram a dependência política e financeira da classe trabalhadora, aos subempregos ofertados pelas oligarquias locais.

Este artigo tem como objetivo, resgatar a memória oral de alguns agricultores, da zona rural da cidade de Santa Cruz da Baixa Verde, localizada no Sertão do Pajeú em Pernambuco, no intuito de verificar os impactos dessa política pública para os agricultores durante o período de estiagem, como também, efetuar um breve levantamento bibliográfico a respeito das políticas de enfrentamento/combate /convivência com as secas no Nordeste brasileiro.

### **Fundamentação Teórica**

Várias políticas públicas foram criadas em benefício dos agricultores familiares no intuito de minimizar os impactos socioeconômicos da Seca. Das políticas públicas que se destacaram nesse período estão, entre outras, as Frentes de Emergência. As Frentes de Emergência eram programas executados nos períodos mais críticos das secas e consistiam em obras de pequeno e médio portes em grandes propriedades. Essa política pública pouco conhecida em todo território brasileiro, foi a principal fonte de “sobrevivência” para muitos agricultores do sertão do Nordeste brasileiro, principalmente nos anos 1990. Esse período foi marcado por uma grande estiagem, que afetou os produtores rurais, mas também os comerciantes, logo, uma onda de desempregados surgiu em meio ao sertão. A população, selecionados a partir de critérios de baixa renda e número de dependentes, foram trabalhar em obras de caráter público, em construções de barragens e açudes, melhorias das estradas e poços, etc. Apesar da população receber esse benefício, o valor pago pela diária era muito baixo

para manter as necessidades da família, o trabalho era exaustivo e excessivo. Em geral, era necessário que outros membros da família que não estivesse cadastrado na Frente de Emergência, trabalhassem de forma gratuita para “pagar” as metas de trabalho destinadas aos seus parentes. Eram comuns irregularidades nos contratos como, por exemplo, o alistamento de trabalhadores que não tinham real necessidade e que dividiam o salário com grandes fazendeiros da região.

(...)Não é sem razão que, nos momentos de irregularidade de chuvas, ocorridos nos anos recentes, as tradicionais “frentes de emergência” (como são chamados os programas assistências do Governo) alistam número enorme de agricultores (2,1 milhões de pessoas em 1993). Nessas áreas, nos anos de chuva regular, os pequenos produtores, rendeiros e parceiros produzem, mas não conseguem acumular: descapitalizados ao final de cada ciclo produtivo, são incapazes de dispor de meios para enfrentar um ano seco.”. (ARAUJO, 2017)

Sem produzir, esses pequenos produtores foram obrigados a levar ao mercado o pequeno excedente da agricultura alimentar tradicional de sequeiro (milho, feijão e mandioca), uma vez que a pecuária sempre foi atividade privativa dos grandes proprietários locais.

Os médios e grandes produtores, menos afetados pela estiagem, passaram a convocar as famílias que não foram selecionadas para Frente de Emergência para trabalharem em suas propriedades realizando atividades semelhantes, porém, com valor ainda menor do que o governo pagava aos trabalhadores. Alguns agricultores que moram no município de Santa Cruz da Baixa Verde no Sertão do Pajeú, trabalharam nessa forma “precarizada” de política pública, estes, deram seus depoimentos das condições de trabalho e das suas condições de vida na época das frentes de emergência. Estas, foram extintas na região no final dos anos 1990, quando o período chuvoso e a intensidade das chuvas voltaram ao normal e a população passou a superar os efeitos da seca.

Outros programas foram criados pelo governo na tentativa de melhorar as condições de vida das famílias. No governo do Presidente Luiz Inácio da Silva, conhecido com “Lula”, houve uma ampliação dos programas sociais no âmbito do Programa “Fome-Zero” que priorizava cinco esferas: 1. Municípios do Semiárido nordestino e do Vale do Jequitinhonha (MG), em estado de calamidade pública; 2. acampamentos e assentamentos rurais; 3. aldeias indígenas em estado de subnutrição; 4. população que vive nos e dos lixões; 5. comunidades quilombolas.” (BETTO, 2017). Enquadrando assim, uma grande parte da população nordestina;

O Programa Bolsa-Família, uma transferência direta de renda, beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, procura assegurar o direito humano a alimentação

adequada e promover a segurança alimentar e nutricional. Após o Bolsa-família veio o programa social “Garantia safra” que, associado com o Bolsa-família, tem se mostrado eficientes na redução dos impactos sociais nas secas recentes. Esse benefício social garante ao agricultor familiar o recebimento de um auxílio pecuniário, por tempo determinado, caso perca sua safra em razão do fenômeno da estiagem ou do excesso hídrico. Sua área de atuação inclui os municípios da região Nordeste, do estado de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Para os produtores que tiveram perdas por conta do período de estiagem tem o programa “Chapéu de Palha”, criado para combater os efeitos do desemprego decorrentes da entressafra da cana-de-açúcar e da fruticultura irrigada, das condições adversas para a pesca artesanal e da situação de emergência das famílias desabrigadas em função das chuvas ocorridas em 2010. O programa contribui para as áreas de Educação, Saúde, Cidadania, Habitação, Infraestrutura e Meio Ambiente no campo, gerando renda, reforço alimentar, capacitação e melhoria da qualidade de vida da população afetada. E mais recentemente, a população nordestina foi beneficiada com o P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas) que visa atender a uma necessidade básica da população que vive no campo que é possuir a água de beber, melhorar a vida das famílias que vivem na Região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade.

Sem dúvida as frentes de emergência foram exemplos germinais para a criação de novas políticas públicas acima citadas, sem relação direta com a dependência políticas e currais eleitorais, e historicamente construídas, e, de fato, voltadas para a população do Sertão do Nordeste brasileiro em situação de pobreza ou extrema pobreza.

### **Procedimentos metodológicos**

Os procedimentos metodológicos e dados utilizados para elaboração desse artigo, fazem parte de uma pesquisa que encontra-se em andamento. Os dados qualitativos apresentados nesse artigo, são alguns dos relatos de agricultores/trabalhadores que atuaram de forma direta nas frentes de emergência e que possuem a capacidade de descrever os momentos marcantes por elas passadas no seu ambiente de trabalho. Pretende-se ao final da pesquisa, contribuir de forma a resgatar a memória oral desse período histórico das políticas públicas existentes de forma

germinal para posteriormente comparar com os períodos do Governo Lula, e do governo cuja a pauta neoliberal tem retirado conquistas dos trabalhadores rurais.

Para realizar essa pesquisa foram feitos levantamento de dados primários e secundários. Os dados primários dessa primeira fase da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas e questionários semiestruturados no intuito de captar a memória oral dos agricultores que participaram das frentes de emergência no período de grande estiagem dos anos 1990.

“A memória oral resiste a esse saber que mais se aproxima da verdade por necessidade. O direito à narração alarga o debate sobre o vivido e conserva um mundo acolhedor de olhares geralmente impedidos de ascender à condição política. Assim considerando, transforma-se o caráter do que podemos tomar por conhecimento sobre o passado. O que supomos como verdade não mais abrange uma conclusão definitiva e universal como requisito de sua validade.”. (FROCHTENGARTEN, 2005).

Nos relatos prestados pelos trabalhadores/agricultores das frentes de emergência, que se prestaram a darem seus depoimentos prevalecera no anonimato sendo denominado como “Entrevistado 1, Entrevistado 2 e Entrevistado 3” para atender questão de “ética” bem como preservar o sigilo dos depoimentos. Vale ressaltar que todos assinaram termos de autorização para publicação.

O questionário elaborado visa compreender melhor as situações vividas pelos agricultores no município de Santa Cruz da Baixa Verde - PE durante as frentes de emergência especificando alguns pontos. A exemplo, como era realizado o transporte dos trabalhadores, alimentação, valor pago pelo trabalho e condições financeiras das famílias na época.

Os dados secundários fazem parte do referencial teórico de outros estudos realizados para observar o fenômeno dos grandes períodos de estiagem, e seus impactos socioeconômicos no Nordeste brasileiro numa tentativa de resgatar possíveis particularidades existentes (práticas de confiscos e dominação política local) no Sertão do Pajeú.

## **Resultados**

Segundo os relatos, dentre vários problemas encontrados para trabalhar nas frentes de emergência, o primeiro foi à quantidade de vagas insuficientes para toda a população, apenas um representante da família conseguia uma vaga para trabalhar em um dos cargos oferecidos. Após o alistamento dos representantes de cada família, normalmente homens, começou a surgir

vagas para o alistamento também para as mulheres (Figura 1). Segundo os relatos, os alistamentos dos trabalhadores nas frentes de emergência ocorriam no mesmo dia e no mesmo local tanto para homens quanto mulheres, no segundo caso, apenas como complementação. Essa afirmação corrobora para compreender que não haviam políticas públicas para mulheres, já que essas só eram convocadas caso houvessem vagas remanescentes e de forma ainda mais precária já que, muitas delas levavam suas crianças para as frentes de emergência.



**Figura 1- Agricultores durante alistamento para trabalhar nas frentes de emergência. Fonte: (Dantas, 2017).**

Outro problema encontrado que dificultava a realização dos trabalhos foi à distância que os agricultores, afetados pela seca, teriam que percorrer para conseguir se alistar nas frentes de emergência, Segundo depoimento de um dos agricultores que passou por esta situação retratou como era a realidade na época das frentes de emergência.

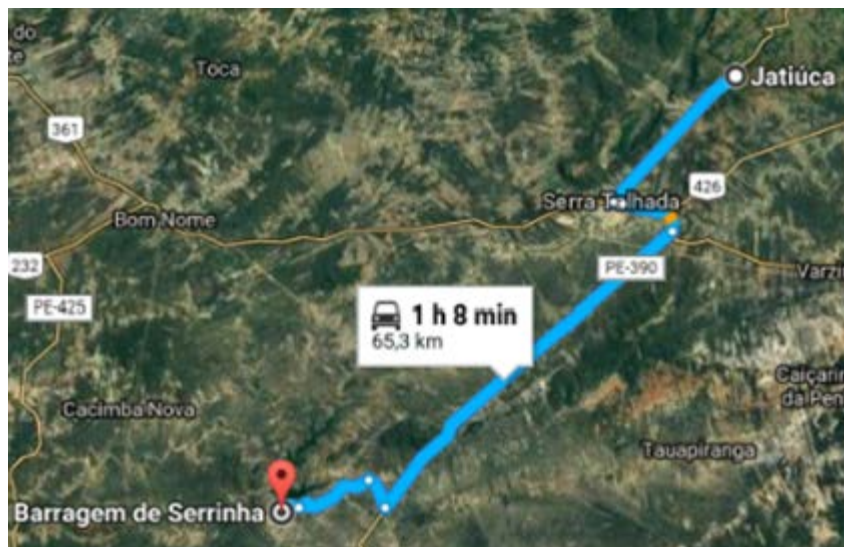
Segundo o “Entrevistado 1”, atualmente com 74 anos, natural de Santa Cruz da Baixa Verde-PE, tinha 26 anos na época em que trabalhou na frente de emergência, casado, pai de 2 filhos. Para sustentar sua família no período de estiagem se alistou na frente de emergência.

Trabalhei na frente de emergência no primeiro ano de seca, por volta dos anos 80, minha esposa só conseguiu se alistar na outra frente de emergência que teve dois anos depois, na seca de 1983. (Entrevistado 1, 2017)

Durante a frente de emergência cerca de 20 pessoas, somente do “Sítio Santana dos Guerras”, local que reside o Entrevistado 1, conseguiram se alistar, o que foi um “grande alívio”



diminuindo os dias de fome da população. Os locais em que os moradores do Sítio Santana dos Guerras, na época pertencente ao município de Triunfo-PE<sup>3</sup>, veio a trabalhar foi o Jazido, Baixio da Carnaúba, Sítio Santana dos Guerras em Santa Cruz da Baixa Verde na construção de passagens secas.



**Figura 2- Distância percorrida pelos trabalhadores da frente de emergência. Fonte: Google, 2017. Elaboração própria.**

Os trabalhadores tinham como rotina sair de suas casas na segunda-feira de madrugada usando como transporte coletivo uma caminhonete que transportava trinta e cinco trabalhadores, partindo em direção ao destino para dar início aos preparativos do trabalho.

“Antes de iniciar os trabalhos tínhamos que lavar as panelas, preparar as trempes, colocar o feijão no fogo, para que 7h estivéssemos no ponto, para iniciar os trabalhos e quando chegava às 11h o contador, funcionário da frente de emergência que tinha como função contar e registrar a quantidade de horas trabalhadas de cada agricultor. Éramos dispensados para almoçar às 11h e tínhamos que retornar às 13h. O almoço e o descanso eram realizados debaixo de uma cobertura improvisada com palha de catolé mesmo. Pela semana de serviço eu recebia 14 mil reis (14 contos), ou 10 kg de feijão-preto duro, que não cozinhava de jeito nenhum e 6 kg de farinha, quando recebia os alimentos eram descontados 4 contos da semana. Tinha como tarefa durante cinco dias escavar uma área de 6 metros por 6 metros e uma profundidade de 50

<sup>3</sup> Santa Cruz da Baixa Verde- PE era distrito do município de Triunfo, porém foi emancipado em 01 de outubro de 1991. Os “sítios” tratam-se de uma denominação local de “comunidades”, bastante utilizadas no sertão de Pernambuco.

centímetros, 18 m<sup>3</sup>. Caso eu não atingisse essa produção o valor recebido no final do mês seria menor e faltaria na alimentação da sua família.”(Entrevistado 1)

As moradoras, mães e mulheres da região igualmente flageladas da seca tinham tratamento desigual na distribuição das vagas nas frentes de emergência, que em grande parte, garantiam apenas uma pessoa por família, prioritariamente homens, para se alistar. Com a confirmação de uma nova vaga disponibilizada para mais um membro de cada família, tornando-se dois alistados por família às mulheres ganharam um pouco mais espaço (Figura 3). Segundo a “Entrevistada 2” do município de Santa Cruz da Baía Verde-PE, atualmente com 68 anos, tinha 25 na época em que trabalhou, casada e mãe de 2 filhos.

“Aquelas aberturas das novas vagas de alistamentos nas frentes de emergência foi muito importante para nós mulheres, por que nos víamos as dificuldades que os nossos pais, filhos ou maridos sofriam, e nos também tínhamos a capacidade de contribuir com o serviço, pois nos também somos agricultoras e também sabemos trabalhar afinal passamos a vida toda trabalhando na roça com eles.”.



**Figura 3 - Imagem mostra em primeiro plano mulheres grávidas da frente de emergência em 1983. Fonte: (Nill Júnior, 2017)**

Ainda segundo a “Entrevistada 2” as condições de vida das famílias na época não eram das melhores, as mazelas e a falta de recursos predominavam em praticamente todas as moradas. Para passar por este período de dificuldade as famílias, parentes e amigos tinham que apoiar uns aos outros da forma que podia seja por água, alimento, roupas, qualquer tipo de trabalho que pudesse gerar renda. O que reforça o “sentimento” de solidariedade, entre os



habitantes das comunidades, conforme o depoimento do “Entrevistado 1” a respeito do “alívio” de ter 20 moradores da comunidade trabalhando, ou seja, existia cooperação entre os habitantes do lugar.

“Muitas vezes já vi meu marido sem ter uma roupa para vestir, ele saía para trabalhar na frente de emergência e lá no trabalho muitas vezes sua roupa se rasgava, como era a única roupa que ele tinha passava toda a semana indo trabalhar com a mesma roupa. Quando chegava o final de semana que ele não trabalhava no sábado nem no domingo era o dia em que eu botava meus dois meninos pra fora de casa e deixava meu marido trancado dentro de casa pelado, pois eu tinha que pegar a roupa dele pra lavar, secar e costurar todo final de semana. Foram tempos bem difíceis, nossas condições só passaram a melhorar quando as chuvas voltaram ao normal e meu marido foi trabalhar nos engenhos de Santa Cruz.”.

Diante das dificuldades para se encontrar recursos para sobreviver, vários tipos e perfis de trabalhadores foram encontrados nos canteiros de obras das frentes de emergência. Segundo depoimento dos entrevistados, existiam, trabalhadores da frente de emergência na década de 1980, mulheres e os canteiros eram repletos de crianças de várias idades. Essa, segundo a “Entrevistada 2”, deveriam estar na escola, mas, durante o período de seca o alimento destinado para a merenda dos alunos foi reduzido. Esses alunos foram buscar alimento nas frentes de emergência em troca da sua “contribuição” nas obras. Ela também observou que as crianças para frequentar as escolas, tinha que levar “seus tamboretas”, um tipo de banco de madeira, para poder estudar, sinalizando aí qual o tipo de escola que existia, sem a mínima estrutura para um bom aprendizado.

Os canteiros de obras das frentes de emergência sempre se dividiam em dois campos distintos. Um dos campos era destinado para os homens, que também se deslocavam para outras localidades para realizarem as tarefas de escavação de áreas pré-determinadas por um “contador”<sup>4</sup>, e o outro campo era destinado para as mulheres realizarem seus trabalhos. O trabalho das mulheres, eram realizados no entorno da sua localidade. Consistia em ir até as áreas primeiramente escavadas pelos homens, para encher as carroças de terras e transportar

---

<sup>4</sup> Espécie de encarregado da obra que distribuía as atribuições de cada trabalhador e fiscalizava a execução para liberar remuneração de acordo com o que havia sido executado.

para os locais onde se construirá as barragens e as” passagens molhadas”. Ou seja, havia segregação e fixação de acordo com o gênero.

As crianças estavam presentes nos dois campos de obras das frentes de emergência, no campo de trabalho dos homens e das mulheres. Outra cena que eram bastante comum, no campo de obras das mulheres, era a presença de várias crianças, por vezes de uma mesma família, cuja a faixa etária era desde menores de cinco anos até crianças com menos de um ano de idade. No depoimento a “Entrevistada 2” explica que as mães não tendo com quem deixar seu filho para ser cuidado, eram “obrigadas” a levá-los para a obra.

Era muito comum encontrar mulheres grávidas trabalhando nas frentes de emergência, enchendo e carregando as carroças de terra. Muitas destas mulheres já possuíam filhos menores nos campos de trabalho sendo cuidado por elas. Este caso se caracteriza como uma das entrevistadas, trabalhadora na frente de emergência na década de 1980.

A “Entrevistada 3” reside no Sítio Santana Dos Guerras, município de Santa Cruz da Baixa Verde- PE, 59 anos de idade, casada e com 24 anos na época. Trabalhou na frente de emergência realizando as escavações e transporte de terra para construção de barragens no Sítio Bom Sucesso, mãe de dois filhos pequenos, um de dois anos e outro de um ano de idade, e grávida de um terceiro. Por não ter com quem deixar as crianças, essas eram levadas para serem cuidadas no próprio trabalho debaixo da sombra de uma árvore e “de tempos em tempos os vigiavam”. A frente de emergência garantia o serviço para o trabalhador, mas não oferecia suporte aos integrantes das famílias que não estivessem trabalhando na frente, ela relata que durante a gravidez solicitou inúmeras vezes ao encarregado alguns dias de licença, porém, nunca concedida.

(...) “O trabalho era muito cansativo, iniciávamos os serviços na segunda-feira e íamos até o sábado e tudo que nos recebíamos eram 14 contos (Moeda da época) e um feijão-preto no final do mês (Cesta básica). As condições da família era triste, precária, muitas vezes chegávamos em casa e não tínhamos o que comer, pois quando tinha o feijão-preto não tinha água para cozinhar.” (Entrevistada 3, 2017)

Após a extinção dessa política pública, ainda que germinal e precária, outras políticas foram implementadas consegui alguns benefícios, como salário maternidade, bolsa família e aposentadoria.

## **Considerações finais**

As frentes de emergência se mostraram muito importantes para o desenvolvimento da população, não só para os habitantes da Cidade de Santa Cruz da Baixa Verde-PE, como também para toda a população nordestina que sofre ainda hoje com os períodos de estiagem prolongados e má distribuição das chuvas. Sem a possibilidade de exercer a agricultura familiar via a produção vegetal, exploração animal dada a ausência de recursos hídricos, afetando assim, de forma direta, a geração de renda de uma região. Percebe-se nos relatos, que apesar de serem subjugados a esse trabalho, sem a menor estrutura assistencial de política pública, nos relatos eles afirmam ter “gradidão” desse momento flagelo, pois, as frentes “salvaram suas vidas”, caso contrário morreriam de fome e sede.

Além de ter propiciado a sobrevivência de forma precária, a renda desse trabalho precarizado era de suma importância para a vida desses agricultores e moradores em geral. Os entrevistados não levam em consideração a explorações de mão de obra, apesar de perceberem atualmente o que acontecia naquele momento histórico, de uma política germinal de política pública. As frentes de emergência foi um marco na história para dar início a novas políticas públicas que existem no país (ou existiram nos governos Petistas), algumas delas que auxiliaram a população nos períodos de estiagem e asseguraram o direito a vida dos trabalhadores rurais, inclusive por indenizações por safras perdidas.

Algumas dessas políticas estão sendo extintas no governo “do golpe” o que podem trazer novas estratégias de luta ou de submissão dos agricultores à classe dominante, em um novo momento cuja a pauta atende unicamente ao agronegócio. Essa sinalização de mudança de pauta e extinção de políticas de apoio ao trabalhador rural, originalmente da agricultura familiar, fica evidente com o a dotação orçamentária destinada a essa classe.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, Apr. 1997. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100002&lng=en&nrm=iso) access on 30 May 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000100002>.

Blog do arretadino, A seca em Pernambuco, <http://blogdoarretadinho.blogspot.com.br/2012/12/a-seca-em-pernambuco.html>, acesso em 24 de julho de 2017.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Chapéu de palha**. Um Programa do Governo do Estado de Pernambuco. Brasília. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/chapeu-de-palha/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 28 de mai. 2017.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Garantia Safra**. Brasília. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/area-rural/garantia-safra/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 28 de mai. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômico Aplicado. Desafios do desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/desafios/>> . Acesso em: 29 de mai. 2017.

CAMPOS, José Nílson B.- **A QUESTÃO DA ÁGUA NO NORDESTE**- A evolução das políticas públicas no Nordeste/ José Nílson B. Campos. – Brasília: Agência Nacional das Águas, 2012. 436 p.

CAMPOS, José Nilson B.. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. Estud. av. [online]. 2014, vol.28, n.82, pp.65-88. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000300005>.

Entrevistado: **Entrevistado 1**: Depoimento (Agosto, 2017). Entrevistador: Genicélio Cordeiro de Sousa. Pernambuco: Santa Cruz da Baixa Verde, 2017. Entrevista concedida ao projeto A memória oral dos flagelados da seca: o caso das “Frentes de emergência” no Sertão do Pajeú. 1 arquivo .mp3 (14 min.).

Entrevistado: **Entrevistado 2**: Depoimento (Agosto, 2017). Entrevistador: Genicélio Cordeiro de Sousa. Pernambuco: Santa Cruz da Baixa Verde, 2017. Entrevista concedida ao projeto A memória oral dos flagelados da seca: o caso das “Frentes de emergência” no Sertão do Pajeú. 1 arquivo .mp3 (10 min.).

Entrevistado: **Entrevistado 3**: Depoimento (Agosto, 2017). Entrevistador: Genicélio Cordeiro de Sousa. Pernambuco: Santa Cruz da Baixa Verde, 2017. Entrevista concedida ao projeto A memória oral dos flagelados da seca: o caso das “Frentes de emergência” no Sertão do Pajeú. 1 arquivo .mp3 (9 min.).

FREI BETTO, A fome como questão política. Estud. Av., São Paulo , v. 17, n. 48, p. 53-61, Aug. 2003. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142003000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000200005&lng=en&nrm=iso). access on 30 May 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200005>.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. Estud. av., São Paulo, v. 19, n. 55, p. 367-376, Dec. 2005. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300027&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300027&lng=en&nrm=iso). Access on 30 May 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000300027>.

GOOGLE MAPS, disponível em <https://www.google.com.br/maps/dir/Jati%C3%BAca+-+PE/Barragem+de+Serrinha,+Serra+Talhada+-+PE/@-8.0524326,-38.3520126,39916m/data>

JÚNIOR, Nill . Documentário contará história de “Mulheres da Emergência” da seca de 83. Disponível em: <http://nilljunior.com.br/documentario-contara-historia-de-mulheres-da-emergencia-da-seca-de-83/> . Acesso em: 01 set. 2017.